



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

CARGO

CONTADOR

1º.9.2019

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME



C onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

Utilizando as informações do Balancete da empresa Capital S/A, responda às questões 1, 2, 3 e 4.

BALANCETE - CAPITAL S/A - 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
CONTA	SALDO (R\$)	CONTA	SALDO (R\$)
Salários a Pagar	54.000,00	Bancos	34.000,00
Caixa	18.000,00	Depreciação Acumulada - Móveis e Utensílios	4.000,00
Impostos a Recolher	6.000,00	Adiantamento a Clientes	14.000,00
Fornecedores	40.000,00	Comissões pagas a vendedores	54.000,00
ICMS sobre Vendas	36.000,00	Devoluções de Vendas	6.000,00
Despesas com Salários e Encargos	64.000,00	Depreciação	2.000,00
Clientes	102.000,00	Custo da Mercadoria Vendida	70.000,00
ICMS a Recuperar	4.000,00	Estoques	30.000,00
Capital a Integralizar	20.000,00	Softwares	50.000,00
Equivalentes de Caixa	120.000,00	Investimento Permanente em Coligada	58.000,00
Móveis e Utensílios	20.000,00	Juros Passivos	1.500,00
Receita com Vendas de Mercadorias	362.000,00	Empréstimos e Financiamentos LP	65.000,00
Títulos a Pagar	48.000,00	Provisão para Perdas Estimadas	5.000,00
Capital Social	248.000,00	Descontos Incondicionais Concedidos	4.000,00

- O valor total do Ativo Realizável a Curto Prazo é de:
A.() R\$ 141.000,00.
B.() R\$ 146.000,00.
C.() R\$ 150.000,00.
D.() R\$ 145.000,00.
- O valor do capital integralizado é de:
A.() R\$ 238.000,00.
B.() R\$ 248.000,00.
C.() R\$ 228.000,00.
D.() R\$ 278.000,00.
- O valor do resultado operacional bruto é de:
A.() R\$ 316.000,00.
B.() R\$ 362.000,00.
C.() R\$ 246.000,00.
D.() R\$ 250.000,00.
- O valor total das Despesas Administrativas é de:
A.() R\$ 64.000,00.
B.() R\$ 70.000,00.
C.() R\$ 71.500,00.
D.() R\$ 66.000,00.



5. Os créditos adicionais, dispostos no artigo 40 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, referem-se às “autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento”. Nesse sentido, avalie as assertivas a seguir:
- Os créditos especiais visam ao reforço da dotação orçamentária.
 - Os créditos especiais e suplementares devem ser autorizados por decreto legislativo.
 - Os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas, em casos de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
 - Os créditos suplementares são abertos para cobrir despesas onde não há dotação orçamentária específica.

Marque a alternativa correta.

- As assertivas I, II e III estão incorretas.
 - As assertivas I, II e IV estão incorretas.
 - As assertivas I, III e IV estão incorretas.
 - As assertivas II, III e IV estão incorretas.
6. Estabelecido no § 1º do artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, o instrumento que define “as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”, é denominado:
- PPA - Plano Plurianual.
 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - LOA - Lei Orçamentária Anual.
 - Planejamento Fiscal.
7. O Balanço Patrimonial, segundo o artigo 105 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, deve apresentar o Ativo e o Passivo Financeiro, o Ativo e o Passivo Permanente, o Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.
- O Ativo Financeiro deve compreender os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
 - O Passivo Financeiro deve compreender as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
 - O Ativo Permanente deve compreender os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
 - O Passivo Permanente deve compreender as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
8. Segundo as disposições da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, com relação à Contabilidade Pública, analise as afirmativas a seguir:
- A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.
 - A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial.
 - A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.
 - A dívida flutuante compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.
- Analisando as afirmativas de I a IV, expostas acima, é correto afirmar que:
- I, II, III e IV estão corretas.
 - I, II e III estão corretas e a IV está incorreta.
 - I, III e IV estão corretas e a II está incorreta.
 - II, III e IV estão corretas e a I está incorreta.



9. Conforme o exposto na NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público), “as informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa são normalmente apresentadas nas demonstrações contábeis”. A evidenciação da conexão entre o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, demonstrando conformidade entre o realizado e o orçamento aprovado, pode ser apresentado de acordo com o item da alternativa:
- A.() No anexo de metas fiscais.
 - B.() Em parecer do auditor.
 - C.() Nas notas explicativas.
 - D.() No relatório da administração.
10. As despesas públicas, segundo a categoria econômica, são classificadas em Despesas Correntes e Despesas de Capital. São Despesas Correntes, exceto:
- A.() Material de consumo.
 - B.() Auxílio para obras públicas.
 - C.() Subvenções sociais.
 - D.() Salário família.
11. O artigo 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, dispõe que a “licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento sustentável”. Caso haja propostas em igualdade de condições, serão utilizados como critério de desempate assegurando a preferência, sucessivamente, os bens e serviços:
- I. Produzidos no país.
 - II. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
 - III. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
 - IV. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- Está CORRETO o que se afirma em:
- A.() I, II, III e IV.
 - B.() I, II e III apenas.
 - C.() I, II e IV apenas.
 - D.() I, III e IV apenas.
12. Conforme disposição no artigo 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a “modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis”, a quem ofertar o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, é denominado de:
- A.() Leilão.
 - B.() Pregão.
 - C.() Concorrência.
 - D.() Tomada de Preços.
13. Analise as assertivas a seguir referentes aos créditos adicionais, os quais são estabelecidos pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (artigo 40), e assinale a alternativa incorreta.
- A.() A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
 - B.() Os créditos adicionais classificam-se em Especiais, Suplementares e Extraordinários.
 - C.() Os créditos adicionais especiais autorizados incorporam-se ao orçamento e são abertos em casos de necessidade de reforço na dotação orçamentária.
 - D.() Os créditos adicionais referem-se às autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.



14. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, em seus artigos 165 a 169, estabelece diretrizes para o Orçamento Público. Diante do exposto, avalie e classifique como Falsas (F) ou Verdadeiras (V) as seguintes afirmativas:
- () Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
 - () Na Lei Orçamentária não é permitido definir crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
 - () O Plano Plurianual (PPA) coincide exatamente com o período de mandato do chefe do Poder Executivo - Federal, Estadual e Municipal.
 - () A Lei Orçamentária Anual compreenderá: Orçamento Fiscal, Orçamento de Investimentos e Orçamento da Seguridade Social.
 - () O Orçamento Anual poderá conter despesas de caráter plurianuais não previstas no PPA.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A.() V - V - V - V - V
 - B.() F - V - F - V - F
 - C.() V - V - F - V - V
 - D.() F - F - F - F - F
15. No encerramento do exercício de 2017, a Prefeitura de Valente gerou as seguintes informações extraídas de seu Balanço Orçamentário:
- | | |
|---|-------------------|
| Orçamento aprovado para o exercício | R\$ 12.225.000,00 |
| Receitas orçamentárias arrecadadas no exercício | R\$ 10.200.000,00 |
| Despesas empenhadas no exercício | R\$ 8.100.000,00 |
| Despesas liquidadas e pagas no exercício | R\$ 7.500.000,00 |
- Utilizando essas informações, a Prefeitura de Valente, no exercício de 2017, apresentou o resultado descrito de forma correta na alternativa:
- A.() Um Superávit Orçamentário de R\$ 4.725.000,00.
 - B.() Um Superávit Orçamentário de R\$ 4.125.000,00.
 - C.() Um Superávit Orçamentário de R\$ 2.700.000,00.
 - D.() Um Superávit Orçamentário de R\$ 2.100.000,00.
16. No que tange à execução de obras e serviços para o setor público, a mesma deve ser precedida de devida licitação, segundo o exposto no artigo 7º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Nesse sentido, avalie as afirmativas a seguir, identificando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):
- () As licitações para a execução de obras e serviços serão efetuadas na seguinte sequência: projeto básico, projeto executivo e execução das obras e serviços.
 - () Para agilizar o processo de execução de obras e serviços, a fase do projeto executivo poderá ser realizada simultaneamente à fase efetiva da execução da obra e prestação de serviços, dispensando a autorização prévia pela administração.
 - () O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.

Marque a alternativa que evidencia a sequência correta.

- A.() V - V - V
- B.() V - F - V
- C.() V - V - F
- D.() F - V - V



17. No que se refere à Lei do Orçamento, explicitada na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, é incorreto o que se afirma na alternativa:
- A.() A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.
 - B.() A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
 - C.() A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que por intermédio deles se devam realizar.
 - D.() Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, incluindo as devidas deduções.
18. Quanto à Fiscalização da Gestão Fiscal, explicitada no artigo 59, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, podem ser feitas as seguintes afirmações:
- I. A fiscalização, quanto ao cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, será efetuada pelo Poder Judiciário, de forma direta ou com o auxílio dos Tribunais de Contas.
 - II. Será fiscalizado, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
 - III. O cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos estaduais, quando houver, será fiscalizado conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Das afirmativas acima:
- A.() Apenas a I está correta.
 - B.() Apenas a II está correta.
 - C.() Apenas a III está correta.
 - D.() I, II e III estão corretas.
19. No orçamento anual, o qual deve ser compatível com o Plano Plurianual, são previstas as receitas e fixadas às despesas. Assim, o poder executivo fica autorizado a gastar os valores fixados para as despesas. Os créditos concedidos pelo poder legislativo são denominados de:
- A.() Créditos Suplementares.
 - B.() Créditos Adicionais.
 - C.() Créditos Extraorçamentários.
 - D.() Dotação Orçamentária.
20. Tendo como orientações as diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, avalie as assertivas a seguir:
- I. É objetivo da contabilidade pública: refletir, sistematicamente, sobre o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias à tomada de decisões, à prestação de contas e à instrumentalização do controle social.
 - II. O campo de aplicação da contabilidade pública abrange todas as entidades do setor público.
 - III. A função social da contabilidade pública é fornecer informações aos usuários, sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade.
- De acordo com as disposições acima, pode-se afirmar que:
- A.() I, II e III estão incorretas.
 - B.() I e II estão incorretas e a III está correta.
 - C.() I e III estão incorretas e a II está correta.
 - D.() II e III estão incorretas e a I está correta.
21. O demonstrativo que deverá evidenciar a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, conforme explicitado no artigo 103 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, é:
- A.() Balanço Financeiro.
 - B.() Balanço Orçamentário.
 - C.() Balanço Patrimonial.
 - D.() Demonstração do Resultado Orçamentário.



22. As leis de iniciativa do Poder Executivo, segundo o artigo 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, estabelecem:
- I. O orçamento fiscal.
 - II. O plano plurianual.
 - III. Os orçamentos anuais.
 - IV. As diretrizes orçamentárias.
- Estão corretos:
- A. () I, II e III apenas.
 - B. () I, II e IV apenas.
 - C. () II, III e IV apenas.
 - D. () I, II, III e IV.
23. Marque a alternativa que corresponde aos princípios que primam por uma concorrência imparcial e justa entre todos os licitantes.
- A. () Igualdade e Vinculação ao Instrumento Convocatório.
 - B. () Impessoalidade e Igualdade.
 - C. () Julgamento objetivo e Igualdade.
 - D. () Moralidade, Proibição Administrativa e Celeridade.
24. De acordo com o artigo 41, §1º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, caso o edital da licitação não esteja em conformidade com os regramentos legais, qualquer pessoa poderá contestar o mesmo, protocolando o pedido, respeitando o prazo limite de cinco dias antes da abertura dos envelopes. Essa afirmativa referencia o princípio de licitação que corresponde corretamente ao item da alternativa:
- A. () Moralidade.
 - B. () Julgamento objetivo.
 - C. () Igualdade.
 - D. () Legalidade.
25. No que concerne ao princípio orçamentário “especificação”, é correto o que se afirma nos itens a seguir, exceto na alternativa:
- A. () Define que somente as receitas devem aparecer de forma discriminada no orçamento.
 - B. () Também é conhecido como princípio da discriminação ou especialização.
 - C. () Evita fraudes dentro do planejamento orçamentário, facilitando o acompanhamento e o controle dos gastos públicos.
 - D. () A Lei de Orçamento não consignará dotações globais.

Legislação

26. Sobre impostos municipais, analise as seguintes afirmativas, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- () O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
 - () O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana não poderá ter alíquotas diferentes com base na localização e uso do imóvel.
 - () É vedado ao município exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça.
 - () É permitido ao município instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- Está correta a sequência de V e F da alternativa:
- A. () F, F, F, V.
 - B. () V, V, F, F.
 - C. () V, F, V, F.
 - D. () F, V, V, F.



27. Sobre a administração pública do município de Santo Ângelo, considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- () No que tange à administração, o município de Santo Ângelo é regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e participação popular nas decisões.
 - () Para os cidadãos munícipes obterem informações sobre assuntos referentes à administração pública municipal, faz-se necessária a anuência prévia do chefe do poder executivo.
 - () Todas as medidas do poder público municipal de grande repercussão na comunidade devem ser discutidas com as entidades representativas do município.
 - () A administração pública direta ou indireta não está proibida de contratar empresas que façam uso do trabalho infantil ou outras práticas ilegais na administração da mão de obra.
- Está correta a sequência V e F da alternativa:
- A.() V, V, F, F.
 - B.() F, V, F, F.
 - C.() F, F, V, F.
 - D.() V, F, V, F.
28. A Lei Orgânica (artigos 84 e 85), ao tratar das atribuições do Prefeito, distingue entre a competência privativa e a simples competência. São competências privativas do Prefeito as seguintes, exceto a da alternativa:
- A.() Elaborar e apresentar à Câmara projeto de emenda à Lei Orgânica do Município.
 - B.() Representar o Município em juízo ou fora dele.
 - C.() Nomear e exonerar os secretários municipais.
 - D.() Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
29. Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição. Sobre o tema, com base no artigo 42 e seguintes do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Santo Ângelo, leia e considere as seguintes colocações, marcando com F as falsas e com V as consideradas verdadeiras:
- () A remoção ocorrerá a pedido, atendida a conveniência do servidor ou de ofício, no interesse da administração, devidamente justificada.
 - () Não cabe ao servidor removido o pedido de revisão do ato, mesmo diante de grave prejuízo ao mesmo.
 - () A remoção será feita por ato da autoridade competente.
 - () A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.
- Está correta a sequência de V e F da alternativa:
- A.() V, F, V, V.
 - B.() F, F, V, V.
 - C.() V, V, F, V.
 - D.() F, V, F, F.
30. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, chama-se corretamente de acordo com a alternativa:
- A.() Posse.
 - B.() Nomeação.
 - C.() Reintegração.
 - D.() Readaptação.